



A LITERATURA COMPARADA em países periféricos

Ivete Walty¹

Em posfácio à edição brasileira de *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard (2008), Silviano Santiago retoma do autor a questão da produção do saber nas sociedades periféricas, postulando que o filósofo francês “conclui de maneira premonitória “que o saber na sociedade pós-industrial passa a ser o principal ponto de estrangulamento para o desenvolvimento dos países periféricos” (p. 130). É então que, afirmando que a distância entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento tende a se alargar mais e mais no futuro”, propõe duas formas de apresentação do que chama o dilema de países como o Brasil:

- a) ou entramos no movimento do capital internacional enquanto nação e passamos a pseudomodernos e eternos consumidores, vale dizer, eternamente periféricos, b) ou corremos o risco de inverter as coisas, assumindo a possibilidade de um desenvolvimento da pesquisa e da transmissão do saber numa espécie de redoma artificial, cujas leis de funcionamento sejam constantemente (insisto no advérbio) avaliadas e modificadas, com vistas a uma melhor adaptabilidade do ar artificial da redoma ao meio ambiente avançado. (p. 130)

Considerando que o texto de Silviano foi publicado pela primeira vez em 30 de julho de 1990, no Caderno Idéias, do *Jornal do Brasil*, e o futuro então já chegou pedindo “uma revisão das leis de funcionamento”, podemos nos propor algumas questões sobre a construção do saber, sobretudo no que se refere ao domínio da Literatura Comparada no Brasil e na América Latina.

1. Depois de passar pelas fases do modelo e da cópia, da fonte e da influência, da rebeldia na busca identitária, da afirmação do diálogo intertextual e da importância do

¹ Ivete Walty é professora da UFMG.

entre-lugar, além da quase absorção dos estudos culturais, qual seria o perfil da literatura comparada hoje?

2. Que papel tem a literatura comparada na construção do conhecimento em uma sociedade periférica ou em vias de desenvolvimento?

3. Como a literatura comparada pode entrar no jogo daquilo que Stuart Hall, discutindo a questão dos espaços “conquistados” pela diferença, chama de “guerra de posição”, empreendida pelas “estratégias culturais capazes (...) de deslocar as disposições de poder” (Hall, 2003, p. 339)? É bom lembrar que Hall, em diálogo com Lyotard, refere-se ao risco de se adotar a grande contranarrativa da marginalidade vitoriosa, que reforçaria “a eterna divisão ou/ou, ou vitória total ou total cooptação” (p. 338)

4. Em suma, qual o papel acadêmico e político da literatura comparada no Brasil e na América latina hoje?

Não tenho a intenção de responder a todas essas perguntas, mas de tecer algumas considerações sobre o tema que as move - literatura comparada e construção de conhecimento no Brasil e na América Latina – a partir de minhas vivências de professora de teoria da literatura e literatura comparada. Dessa forma, faz-se necessário começar pelo histórico contido na primeira das questões, salientando que as mudanças da concepção de literatura comparada estão intimamente ligadas com as transformações nas relações entre os povos, entre o eu e o outro.

Se se estudam algumas histórias da literatura brasileira, de Sílvio Romero e José Veríssimo a Afrânio Coutinho e Antonio Cândido, encontra-se a idéia de que nossa literatura é derivada da portuguesa, sempre menor que ela e as européias de modo geral, com relevo para a francesa.

Operando com uma teoria da civilização como mestiçagem, como bem mostra Antonio Cândido, Sílvio Romero fala de uma “elevação das raças ‘inferiores’ (índio e negro), por meio da mistura com o branco, que julgava nobilitante” (Cândido, 1978, p. XXI). Tomando a literatura como documento, Romero a via como forma de conhecimento histórico e social fundamental na formação do país, e se perguntava, então, se seria possível ao intelectual brasileiro “disfarçar a realidade e fingir de ‘raça superior’” (Cf. Cândido, 1978, p. XXIX). Com a angústia gerada pela consciência da inferioridade do povo brasileiro, diz Sílvio Romero:

A nós que temos vivido de contrafações indigestas, a nós que não temos vida própria, que somos um dos povos mais deteriorados do globo; que, espécie de contrabandistas do pensamento, não temos a força das grandes conquistas e das grandes verdades da

ciência, só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor.” (Romero, in: Cândido, 1978, p. 3)

Consciente das mazelas sócio-econômicas e políticas do país, o crítico as vê como “empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura” (Romero, in: Cândido, 1978, p.15). É então que aconselha o povo a buscar “exemplo nas grandes nações criadoras, sobretudo as “gentes indo-germânicas, corrigindo as debilidades latinas” (p.19). Paradoxalmente, exalta a necessidade de se buscarem elementos próprios da cultura popular, com fins de manter a diversidade cultural. Para isso, brada, em tom de conclamação: “Não levemos a nossa fraqueza ao ponto de pormo-nos a repetir as extravagâncias e os caprichos de alguns autoritários estrangeiros” (p. 23).

E continua:

Não sonhemos um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador das idéias. Do concurso das diversas aptidões dos Estados é que deve sair o nosso progresso. A grande alma nacional, apesar de muito batida de infortúnios, não caiu ainda na imobilidade chinesa. Continuai, continuai, poetas e romancistas, estudai os costumes provincianos; reproduzi nos vossos cantos e nas vossas novelas o bom sentir do povo, quer do norte, quer do sul; marcai as diferenças e laços existentes entre estas gentes irmãs, que são o braço e o coração do Brasil. (...) (p. 23-24)

Observe-se que, a despeito dos condicionantes biológicos próprios de seu tempo, assim como daquilo que era considerado a inferioridade do povo, Silvio Romero já alerta para a importância da diferença e da multiplicidade, em uma senda que atravessa a história literária brasileira: copiar ou inovar.

Transitando entre critérios estéticos e os político-sociais, também Veríssimo escreve sob o signo da ambigüidade do lugar brasileiro de produção e recepção da obra literária. Estabelecendo uma diferença entre arte literária e belas-artes, Veríssimo defende a capacidade que todos os povos teriam para produzir a primeira, enquanto a produção da segunda exigiria condições próprias:

Nas sociedades novas, de cultura ainda rudimentar, que por mil razões não têm, nem podem ter, o gosto sincero e apurado das artes, pobres, mais preocupadas com os problemas materiais da sua existência que com questões de sentimento e arte, de vida insegura ou desassossegada, em uma aristocracia, de raça ou não, mas culta e refinada, como são, com pequenas diferenças, as americanas, começa por faltar esta condição necessária. (p. 47)

Associando a estas condições a questão da língua, Veríssimo vê a literatura brasileira “como um ramo da portuguesa”, chamando-a “literatura –mãe”:

Esse ramo, no qual se enxertaram outros elementos, se distingue já por algumas características próprias do tronco principal, mas não de modo que à primeira vista se não perceba que é a mesma árvore apenas modificada pela transplantação a outros climas. É possível que novos enxertos e a influência mais prolongada do meio o vão cada vez diferenciando mais, mas enquanto a língua for a mesma, apenas será como acontece nas famílias botânicas, uma variedade de espécie. (p. 63-64)

Essa constatação, porém, não impede o crítico de condenar a submissão a outras culturas, como se pode ver na irônica frase: “literatura, como no vestuário, vem de Paris já feito” (p. 65). E então que atribui a submissão às influências exteriores à falta de comunicação entre nossos escritores, afirmado:

Faltou sempre o elemento transmissor, o mediador plástico do pensamento nacional, um povo suficientemente culto para interessar-se por esse pensamento, ou, ao menos, apto a se deixar influenciar por ele. Na constituição de uma literatura o povo tem simultaneamente um papel passivo e ativo – é dele que parte e a ele que volta a inspiração do poeta ou do pensador. (p. 64-65)

Veríssimo considera, pois, o papel do público leitor, ao propor que

não fazendo senão repetir servilmente o estrangeiro, sem nenhuma originalidade de pensamento e de forma, sem idéias próprias, (...) nós não podemos competir diante de nossos leitores com o que eles de lá recebem em primeira mão, oferecendo-lhes um produto similar em segunda. (p. 65)

As posições diante do estético e do cultural variam, mas mantém-se a angústia frente ao dilema de imitar e/ou ter características próprias, além da constatação de que o analfabetismo é causa e consequência da “cultura literária rudimentar, truncada, e, sobretudo, despida de qualquer espírito que a animasse, tornando-a como convinha fosse um meio educativo” (p. 272).

Causa de uma forma de conhecimento ou seu fruto, a literatura brasileira estaria impossibilitada de cumprir seu papel, sobretudo em função da precariedade econômica e cultural de seu povo. Essa idéia permanece no século seguinte, como se pode ver nas posições de Afrânio Coutinho e Antonio Cândido.

O primeiro afirma que, colonizada e sem tradição autóctone, “que pudesse servir-nos como passado útil, a literatura brasileira luta entre uma tradição importada e a busca de uma nova tradição de cunho local ou nativo (Coutinho, 1970, p. 35). O autor fala, pois, da “ausência de movimento próprio, de uma justaposição cronológica de imitações” a girar em torno da Europa, enquanto

“centro de nossas ondas concêntricas de cultura”. É então que, endossando Tristão de Athayde, refere-se à lei da repercussão, afirmando que “a evolução literária brasileira não passou de um reflexo dos movimentos europeus”.

Mesmo admitindo a construção de uma consciência nacional, por meio dos movimentos romântico e modernista, Afrânio Coutinho fala da impressão de pobreza de nossa história literária, advinda da ausência de *status* de independência social e econômica do escritor, que exerce sua função “em condições parasitárias ou ancilares”, reforçando as constatações feitas em relação a outros críticos e historiadores da literatura.

Apoiando sua obra *Formação da literatura brasileira* sobre o conceito de sistema simbólico, Cândido ressalta a importância de um “conjunto de produtores literários”, “um conjunto de receptores” e um mecanismo transmissor (uma linguagem, traduzida em estilos), na produção e sustentação desse sistema (Cândido, 1981, p. 23). Em virtude dessa concepção, evidencia o que chama empenho da literatura brasileira em encarnar o espírito nacional. Mais tarde, já nos anos 90, discorrendo sobre os sentidos da palavra nacionalismo, aponta o nacionalismo naquele momento como “uma estratégia indispensável de defesa” frente ao risco de “absorção econômica do imperialismo”. Advoga então uma posição entre a aceitação e a rejeição dos elementos estrangeiros, mediada pela “consciência da nossa diferença” (Cândido, 2004, p. 225).

É justamente esse o tom do debate empreendido pela crítica brasileira e latino-americana, quando, depois de um longo período, busca deslocar-se da dicotomia cópia X modelo, fonte X influência. Em torno disso, vê-se, por exemplo, o debate entre Schwarz e Silviano Santiago. Schwarz, no hoje antológico ensaio “As idéias fora do lugar”, chama atenção para a disparidade entre a sociedade brasileira escravista e as idéias do liberalismo europeu, o que chama montagem de uma comédia ideológica. Em “Nacional por subtração” acentua o caráter postizo, inautêntico, imitado da vida cultural dos brasileiros e latino-americanos, dando como exemplo a presença do Papai Noel nos trópicos, da guitarra elétrica no país do samba. Evidenciando o “sentimento de contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo” (1987, p. 30), conclui por afirmar que o resíduo seria a substância autêntica do país, produto da operação de subtração. É então que critica abertamente o que chama de “latinamericanização das culturas centrais”, propondo: “Resta ver se o rompimento conceitual com o primado da origem leva a

equacionar ou combater relações de subordinação efetiva (1987, p. 36). Tal postura intelectual se coloca em confronto com as posições de Oswald de Andrade, que, segundo Schwarz, teria feito uma “interpretação triunfalista do atraso”, com uma visão otimista do desajuste. Diz então que o movimento antropofágico, em sua postura irreverente, teria metaforizado o sentimento de inferioridade na deglutição do alheio.

Voltando a Sílvio Romero, em sua leitura negativa de Machado de Assis, cuja obra era dada como ‘anglomania inepta, servil, inadequada’ (p. 39), o crítico afirma:

Noutras palavras, a discrepância entre os ‘dois brasis’ não é produzida pela veia imitativa, como pensavam Sílvio e muitos outros, nem marca um curto momento de transição. Ela foi o resultado duradouro da criação do Estado nacional sobre base de trabalho escravo, a qual por sua vez, com perdão da brevidade, decorria da Revolução industrial inglesa e da conseqüente crise do antigo sistema colonial, quer dizer, decorria da história contemporânea. (Schwarz, 1989, p. 45).

Retoma então criticamente a denúncia do transplante cultural, alegando, entre outras coisas, que “ela faz supor que a imitação seja evitável”, ocultando “o essencial, pois concentra a crítica na relação entre elite e modelo, quando o ponto decisivo está na segregação dos pobres, excluídos do universo da cultura contemporânea” (Schwarz, 1989, p. 47).

Dessa forma, Schwarz traça uma trajetória crítica sobre a questão da cópia que vai de Sílvio Romero ao que chama retomada oswaldiana nos anos 60 e 70, marcados pela ditadura militar. É então que alude mais uma vez às posturas críticas de Haroldo de Campos e Silviano Santiago, sobretudo quando este, tomando por princípio a ênfase à diferença, propõe uma releitura das noções de fonte e influência, mostrando-as como princípios etnocêntricos, modeladores de um mundo duplicado.

É que, criando o conceito de entre-lugar, Silviano vê positivamente a literatura latino-americana e seu ritual antropofágico, situada “entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão”, a deslocar os dois pólos, num jogo de desmitificação (1978).

Buscando afirmar sua autonomia, mesmo que para isso se assumisse como cópia não mais ressentida, mas alegre e desafiadora, como mostra Silviano Santiago em “Para que e por que viaja o europeu” (1989), a literatura latino-americana e sua crítica buscariam novos conceitos para dar conta de seu lugar

como um elemento da produção do conhecimento: mestiçagem, hibridismo, transculturação, intercultura, heterogeneidade, subalternidade, multiculturalismo, tradução cultural, entre outros, conceitos estes que passam pela discussão da idéia de nação e seus deslocamentos.

Mais recentemente já nos anos 2000, Silviano Santiago retoma a questão em *O cosmopolitismo do pobre* (2004), continuando o debate, seja com Schwarz e sua postura de que a questão da cópia só será sanada com o fim das grandes diferenças sociais, seja com Cândido e sua esperança renovadora de alfabetizar a população alcançando-a à condição de recebedora da obra literária de qualidade.

Sem continuar a discorrer sobre esse debate, que passa por outros caminhos como o da influência dos meios de comunicação de massa e do encolhimento ou alargamento do espaço público, importa ressaltar que é nessa senda da questão que se pode incorporar a reflexão sobre a literatura comparada e sua função nos países periféricos. Muitos são os autores que reconhecem a relação entre o estabelecimento das literaturas nacionais e o nascimento da literatura comparada, como se pode verificar em um velho manual de Literatura Comparada, de Marius François Guyard (1956), que a define como “a história das relações literárias internacionais” (p. 15). Tratando os comparatistas como agentes do cosmopolitismo, o autor descreve, com rigor, suas tarefas no desempenho dessa função de historiador das relações literárias. Pode-se deduzir daí que a disciplina nasce inscrita sob o signo da modernidade², associada à relação entre nação e língua, e, marcada pela noção de humanismo. Não por acaso, o autor salienta que ela contribuiria com as trocas culturais, em seu dizer, “uma das frágeis esperanças da humanidade” (p. 131).

O exercício da Literatura Comparada no Brasil tem lugar no mesmo tempo em que se inicia a história da Literatura brasileira, ambos marcados pelo signo da nacionalidade, o que explica bastante o enfoque primeiro da relação fonte e influência. O manual de Tasso da Silveira é dado como o primeiro no Brasil e evidencia sua filiação à escola francesa, e mais especificamente à obra aqui citada de Marius François Guyard (cf. vários autores, entre eles Tânia Carvalhal, 1986)

² O Livro de M. H. Posnett, Comparative literature (1886) marcaria a inauguração oficial das pesquisas comparatistas. (Guyard, 1956, bhp.12)

Como disciplina, a Literatura comparada passa a integrar os currículos dos cursos de Letras na década de 60, na USP, por iniciativa justamente de Antonio Cândido, vindo a constituir-se, mais tarde em um departamento e em uma área da Pós-graduação em Letras (cf. Nitrini, 1994).

Como reconhece a autora, o estatuto da disciplina/área só se determina e se fortalece no país nos anos 80, quando ganha associações e grupos, que se reúnem na Abralic – Associação Brasileira de Literatura Comparada, fundada em 1986, em Porto Alegre, no âmbito do I Seminário Latino-americano de Literatura Comparada, realizado de 8 a 10 de setembro na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a participação de comparatistas europeus e latino-americanos (Cf. WWW.Abralic.org). Como salientam os autores do texto em questão, tal fundação se deu sob o influxo do sucesso do XI Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (fundada ainda nos anos 50), em Paris, no ano de 1985, quando comparatistas renomados travavam um debate em que se cruzavam “línguas, culturas e diversas vertentes metodológicas”.

Uma história da Abralic seria reveladora de sua trajetória e de sua importância no meio acadêmico brasileiro e latino-americano, referendadas por estudiosos de outros países, ainda que nestes já se discutisse de há muito a crise da literatura comparada. Sobre essa crise discorrem, por exemplo, Eduardo Coutinho (2003) e Tânia Carvalhal (1986), ao se referirem à conferência feita por René Wellek, no II Congresso da AILC: “A crise da Literatura Comparada”. Nesse texto, o autor acentuava as fragilidades teóricas da área pela incapacidade de determinação do objeto e dos métodos, além do apego ao historicismo. O que ocorre então é uma abertura da literatura comparada, que deixa a trilha da fonte e da influência para incorporar novos objetos e novas abordagens, pelo menos em uma das suas fortes tendências.

Por isso mesmo, é sobre essa “precariedade do estatuto da disciplina” que disserta Walter Moser (1996), no texto “La littérature comparée et la crise des études littéraires”, uma versão de um outro texto do mesmo autor, “Literatura comparada: uma disciplina nômade”, apresentado justamente no congresso da Abralic em São Paulo em 1992. Para o autor, o que seria uma falha poderia vir a ser uma vantagem, na medida em que seu estatuto nômade seria importante para deslocar rígidas estruturas institucionais e para inventar novos paradigmas. O autor mostra também que, a despeito de seu papel de abrir fronteiras, ligado à sua capacidade de “construire de nouveaux objets relationnels”, a disciplina já é

questionada na medida em que o próprio estatuto do literário encontra-se naquele momento em causa. Salientando a importância também de um conceito relacional de literatura, em substituição ao conceito essencialista, Walter Moser chama a atenção do leitor para a importância do estudo das interfaces de diversas manifestações culturais, como a relação palavra e imagem, o que seria, então, papel por excelência da literatura comparada.

Ironicamente, em documentos de 2002, a equipe responsável pelo estudo da possibilidade da fundação de um Instituto de Literatura Comparada na Universidade de Ottawa, de que faz parte o mesmo autor, fundamenta a recusa dessa possibilidade, afirmando que a disciplina teria seu estatuto enfraquecido, na medida em que a perspectiva interdisciplinar e o surgimento de outras abordagens específicas esvaziaram o universo do comparatismo. Acentuando a impropriedade da versão tradicional da literatura comparada marcada pela concepção de estado nacional em um tempo de emergência de fenômenos literários transversais aos nacionais, além da perda da hegemonia do escrito frente ao crescimento de novas formas de práticas culturais, a equipe de Moser decide pela criação de um Instituto de Estudos Interdisciplinares.

Em conversas acadêmicas recentes tomei conhecimento do fechamento de diversos departamentos de Comparada no Canadá e nos Estados Unidos, ouvindo diferentes argumentos, ainda que muitos deles passassem por uma consciência de autonomia da própria literatura nacional. Mesmo que se realizem pesquisas sobre literatura de migrantes, ameríndios e outras minorias, bem como reflexões sobre o exercício da tradução, no viés dos estudos culturais ou não, recusa-se o título de literatura comparada, pelo menos institucionalmente.

No Brasil, ainda que não se discuta esse recuo da literatura comparada, esvaziada, seja por seu alargamento incomensurado, seja pela disputa de espaço com outros campos do saber literário e cultural, pode-se sentir o enfraquecimento da Abralic e do GT de Comparada na ANPOLL, por exemplo, pelo desinteresse dos pesquisadores em participar dos congressos, paradoxalmente inchados, ou dos projetos propostos no e pelo próprio GT.

Lucrecia Ferrara, citando Edgar Morin, afirma que, em sua etapa mais recente, a ciência caracteriza-se por atingir “o conhecimento de um conhecimento de si mesmo”, superando sua completude para atingir sua complexidade (Ferrara, 2008, p. 23):

Este par completude/complexidade atua em disjunção, o que quer dizer que já não há possibilidade de definição de um objeto exclusivo e completo do conhecimento, ao contrário, a ciência passa a ter presente a consciência da sua “peninsularidade”, ou seja, a complexidade se faz investigativa, na medida em que se questiona sobre seu próprio objetivo científico que, por sua vez, supõe a necessidade de autoconhecer-se.” (p. 24)

A autora alerta ainda que superar a completude significa ir além da esfera disciplinar que tende a ser de natureza exclusiva. Instala-se aí uma questão maior que a do estatuto de Literatura Comparada, antes o que parece estar em questão é a divisão disciplinar da abordagem da literatura e da própria literatura como disciplina escolar e acadêmica. Vivemos, pois, um paradoxo:³ no momento em que se exibe o aspecto relacional da construção do conhecimento, a Literatura Comparada, cuja abordagem é marcadamente relacional perde espaço.

Com o fito de fomentar o debate, volto, pois, às perguntas iniciais, mais especificamente à última delas: qual o papel acadêmico e político da literatura comparada no Brasil e na América latina hoje?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, João Alexandre (Org.). *Jose Veríssimo – teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro – Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias pra entrar e sair da modernidade..* Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CANCLINI, Nestor. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora de UFRJ, 2005.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

³ A esse respeito vale incluir no debate a proposta de separação das áreas de Letras/literatura e Linguística na Capes, que atravessa o cenário dos Programas de Pós-graduação em Letras (cf. 24º Enanpoll em Belo Horizonte)

- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976.
- CANDIDO, Antonio (Org.) *Silvio Romero – teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro – Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- CARVALHAL, Tânia. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1986.
- COUTINHO, Eduardo. Sentido e função da literatura comparada na América Latina. In: *Literatura comparada na América Latina – ensaios*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003, p. 11 - 29.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Comunicação, espaço, cultura*. São Paulo: Annablume, 2008.
- GUYARD, Marius François. *A literatura comparada*. Trad. Mary amazonas Leite de Barros. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1956.
- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte – Editora da UFMG, 2003.
- MOSER, Walter. La littérature comparée et la crise des études littéraires. In : *Revue canadienne de littératura comparée*, vol. XXIII, n. 1, mars 1996, p. 43-50.
- NITRINI, Sandra. Teoria literária e literatura comparada. In: *Estudos avançados*, 8(22), 1994. (consultado em 21/05/2009, no site do Scielo)
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SANTIAGO, Silviano. Apesar de dependentes universais. In: *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SANTIAGO, Silviano. Por que e para que viaja o europeu? In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 24-37.
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades, 1988, p. 13-28.
- SCHWARZ, Roberto. *Nacional por subtração*. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 29-48

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas cidades, 2000.

WALTY, Ivete Lara Camargos. Cópia ou ruptura: um movimento pendular. In: *Ensaios de semiótica*, n. 26, FALE/UFMG, 1992/1993, p. 107-119.